



DOI: 10.12957/transversos.2021.51682

**ZUMBIDOS DO VENTO NO MAR:
VOZES E SILÊNCIOS DO SACUDÓN (O CARACAÇO)**

**HUMMING OF THE WIND AT SEA:
VOICES AND SILENCES OF THE SACUDÓN (THE CARACAÇO)**

Livia Esmeralda Vargas González

Universidad Central de Venezuela (UCV)

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

livia.v.academia@gmail.com

Resumo:

No presente artigo proponho-me a traçar um percurso pelas diferentes narrativas construídas ao redor do Sacudón. O percurso encontra-se organizado em dois momentos, os quais respondem à cisão que há entre a literatura escrita durante os 10 anos posteriores do episódio e a produzida a partir da chegada de Hugo Chávez Frías à Presidência da República, e tem como hipótese a ideia segundo a qual estas narrativas supõem uma disputa política pela hegemonia da história recente venezuelana. Tendo em vista o contraste existente entre a produção midiático-política e a produção teórica sobre este episódio, o percurso incorpora os discursos produzidos no campo cultural e da opinião pública e não apenas nas pesquisas acadêmicas, visando à sua valorização histórica como ruptura, como gênese ou como resultado de um processo de desgaste econômico, social e político do regime democrático.

Palavra-Chaves: Sacudón; Disputa historiográfica; Narrativa histórica; História recente venezuelana.

Abstract

In this paper, I propose to trace a route through the different narratives built around the Sacudón, based on the split between the literature written during the 10 years after the episode and that produced after arrival of Hugo Chávez Frías to the Presidency of the Republic, and having as a hypothesis the idea that these narratives imply a political dispute over the hegemony of recent Venezuelan history. In view of the contrast between media-political production and theoretical production on this episode, the route incorporates the discourses produced in the cultural and public opinion fields and not only in academic research, aiming for its historical valuation as a rupture, as a genesis and as a result of a process of economic, social and political erosion of the democratic regime.

Keywords: Sacudon; Historiographical dispute; Historiographical narratives; Venezuelan recent history.

“Silencio, silencio vibrante. El viento murmura entre los árboles, en los arenales, cosas de otros días”.
Enrique Bernardo Núñez, *Cubagua* (1987).

Na madrugada da segunda-feira 27 de Fevereiro de 1989, a Venezuela acordou assaltada por uma explosão social que havia se alimentado com o acúmulo de mal-estares potenciados após o anúncio, na segunda semana desse mesmo mês, das medidas econômicas acordadas entre o novo governo de Carlos Andrés Pérez e o Fundo Monetário Internacional, as quais significavam a implementação de políticas neoliberais que atentavam diretamente contra os interesses dos setores assalariados, excluídos e vulneráveis da população.

Surpreendida pelo aumento unilateral dos preços das passagens por parte dos motoristas e agoniada pela escassez e hiperinflação dos produtos da cesta básica, a população venezuelana, especialmente das zonas periféricas e marginalizadas, rebelou-se com saques e barricadas, ocupando rodoviárias, ruas e mercados, na tentativa de reverter o estado de desamparo e de impotência em que o governo a deixara, e burlando, desta forma, os limites da ordem institucional da democracia representativa venezuelana. Assim começou o *Sacudón*, uma rebelião popular que, sem previsão nenhuma, desafiou a expansão neoliberal no país e derrubou o mito da democracia “puntofijista”¹, um regime político que, baseado em uma economia rentista, conseguiu garantir sua legitimidade social e política durante três décadas num contexto profundamente desigual e excludente.

Pelo seu impacto histórico e político, falar do 27 de Fevereiro² do ano 1989 na Venezuela pressupõe uma disputa narrativa em que se cruzam tempos, interesses e estratégias, e que se expressa tanto nas formas dele ser nomeado, quanto no seu caráter, implicações e razões.

¹ Democracia “puntofijista” é o nome com o qual se conhece o regime democrático representativo na Venezuela após a queda da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, em 23 de Janeiro de 1958, e cuja estrutura econômica esteve centrada fundamentalmente na renda petroleira. O termo “puntofijista” provém do “Pacto de Punto Fijo”, um acordo assinado por dirigentes do partido socialdemocrata *Acción Democrática* (AD), do partido social-cristão *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (Copei), e do partido socialdemocrata *Unión Republicana Democrática* (URD), em uma reunião realizada na fazenda *Punto Fijo*, em 31 de outubro de 1958. O acordo excluía o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), uma das forças políticas mais importantes na Venezuela durante o período da ditadura, e estabelecia, entre seus convênios, a defesa da Constituição gerada no Estado democrático, o respeito aos resultados eleitorais, a conformação de um sistema de distribuição equitativa dos cargos no Poder Executivo entre os partidos assinantes e um programa de governo mínimo comum. Com esse acordo, definiu-se o programa e o pacto político que conduziria o sistema democrático representativo venezuelano nos próximos quarenta anos, garantindo, aliás, os interesses econômicos dos Estados Unidos na região.

² Daqui por diante, manteremos o maiúsculo inicial para enfatizar a relevância histórica e historiográfica do 27 de Fevereiro no calendário de datas históricas na Venezuela.

Caracaço, Sacudón, 27-F, “*el día en que bajaron los cerros*”, são alguns dos rótulos da explosão que surpreendeu e perturbou a estabilidade social, política e histórica do regime democrático representativo (1958-1998) venezuelano, que nasceu com o derrocamento da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, em 23 de Janeiro de 1958.

Para além das hipóteses “genético-espaciais”, a disputa pelo rótulo desvela os problemas que derivam da demarcação do que aconteceu em 27 de Fevereiro de 1989 sob o nome de Caracaço, tanto pela sua magnitude e extensão, quanto pelo caráter centralista que o nome envolve e que reduz tudo o que acontece no país à dinâmica da capital.

No que diz respeito à sua origem, duas hipóteses se confrontam. A mais comum no imaginário social venezuelano – que subsiste desde a ocorrência do episódio até hoje, e que é reproduzida tanto pelas mídias, quanto pela narrativa oficial do governo de Chávez –, é a hipótese da especificidade territorial, a qual define o início da explosão social na madrugada do dia 27 de Fevereiro em Guarenas, uma cidade periférica da capital. Segundo esta hipótese, os distúrbios, que começaram na rodoviária dessa cidade, conseguiram se espalhar muito rapidamente tanto pelos motoristas e pelas pessoas que conseguiram chegar até à cidade de Caracas, quanto pela difusão feita pelos meios de comunicação.

Num artigo publicado no ano 1999 pela *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, a pesquisadora venezuelana Margarita López Maya, quem dedicou-se estudar o impacto sociológico e político do Sacudón, confronta esta hipótese propondo, contudo, a hipótese da simultaneidade territorial. A partir da revisão exaustiva de vários jornais de circulação nacional, López Maya sublinha que os distúrbios começaram muito cedo e quase simultaneamente em distintos pontos e cidades do país, espalhando-se pelo resto do território nacional a partir do meio-dia em razão da difusão dos meios de comunicação:

En el terminal del Nuevo Circo de Caracas, lugar principal de recepción de quienes vienen de los suburbios y ciudades dormitorio, y en la parada del transporte colectivo para Caracas de las ciudades dormitorio de La Guaira y Catia la Mar en el litoral, y de Guarenas, antes de las seis de la mañana comenzarían las primeras protestas (...). Así mismo, la prensa capitalina reportó que las protestas por el aumento de los pasajes se habían dado desde temprano en la mañana en las ciudades de Barquisimeto, San Cristóbal, Mérida, Maracay, Barcelona y Puerto La Cruz (...). Igualmente se reportaron disturbios en Maiquetía y Naiguatá del litoral central. Los Teques, Puerto Ordaz y Maracaibo también esa mañana, aunque en estos casos no hay mayor precisión sobre las horas en que se iniciaron. (1999, p. 179)

Sem pretender aprofundar as implicações narrativas e interpretativas na disputa pela rotulação³ do que aconteceu naqueles dias, é preciso assinalar que estas incidem na valoração no que diz respeito à sua magnitude e ao impacto territorial, histórico e político.

No presente artigo proponho-me a traçar um percurso pelas diferentes narrativas construídas ao redor do Sacudón, baseada na cisão que há entre a literatura escrita durante os 10 anos posteriores do episódio e a produzida a partir da chegada de Hugo Chávez Frias à Presidência da República, e tendo como hipótese a ideia segundo a qual estas narrativas supõem uma disputa política pela hegemonia da história recente venezuelana.

Nos seguintes dez anos após o Sacudón, constituíram-se duas tendências narrativas. A primeira, com peso hegemônico, foi impulsionada pelo Estado – da democracia “puntofijista” – com o apoio dos principais meios de comunicação, e permitiu empregar o que aconteceu em 27 de Fevereiro do ano 1989 como referência “exemplar” para instaurar o medo e a disciplina diante de toda tentativa de provocação de “caos social”. A segunda, surgiu da preocupação, por parte de pesquisadores, defensores dos direitos humanos, ONG, movimentos sociais e políticos por compreender e construir narrativas geradas a partir da perspectiva dos que irromperam, bem como registrar o saldo de mortos, desaparecidos, feridos e presos que resultaram das medidas repressivas executadas pelo Estado durante os dias do evento.

Com a ascensão de Chávez à Presidência da República em 1998, o Estado adotou como tarefa política a reivindicação do 27 de Fevereiro como constituinte da narrativa da história recente venezuelana⁴. Segundo esta narrativa, o evento funda um novo período na história contemporânea da Venezuela: o “processo bolivariano”. Durante os anos de governo de Chávez, o Estado conseguiu consolidar uma memória do Sacudón dentro do calendário de comemorações nacionais através de atos, manifestações, músicas, revistas, reportagens, palestras e programas televisivos. Esta avalanche narrativa, que vinha se produzindo no âmbito midiático, oficial e propagandístico para dar legitimidade histórica e política ao novo regime, contrastava com a ausência de reflexões teóricas e científicas, não apenas nos centros acadêmicos e de pesquisa das

³ Reconhecendo as dificuldades que envolvem a nomeação do que aconteceu em 27 de Fevereiro de 1989 sob o rótulo de Caracaço, daqui para frente eu assumo o *Sacudón* como o termo idôneo para identificar aquela irrupção cuja magnitude não foi apenas territorial, mas histórica e política.

⁴ No entanto, esta política pela memória histórica do Sacudón empreendida durante o governo de Hugo Chávez entra em contraste com o apagamento assumido nos últimos dois anos pelo presidente Nicolás Maduro Moros, tendo em vista, especialmente, o “esquecimento” do aniversário dos 30 anos desse episódio em 27 de Fevereiro de 2019.

universidades tradicionais, mas também nas instituições criadas pelo governo “bolivariano” com um viés mais ideológico⁵, como é o caso da *Revista Nuestro Sur* do Centro Nacional de História⁶ que, nos seus nove números publicados, não possui um só dossiê ou artigo destinado à reflexão historiográfica do Sacudón.

Tendo em vista o contraste existente entre a produção midiático-política e a produção teórica sobre o Sacudón que acontece, tanto no período pós-Sacudón (1989-1998), quanto no período chamado de “bolivariano” (1999-2013), o percurso que eu proponho incorpora as narrativas geradas no campo cultural e da opinião pública e não apenas nas pesquisas acadêmicas, visando à sua valorização histórica como ruptura, como gênese ou como resultado de um processo de desgaste econômico e político do regime democrático puntofijista.

1. A história oficial ou o monopólio da narrativa historiográfica por parte do Estado: a aliança com os meios de comunicação

O impacto material, social e simbólico do 27 de Fevereiro de 1989 fez da construção de uma narrativa historiográfica midiática uma das tarefas propagandísticas e discursivas mais importantes do Estado e dos seus governos. Dentro da lógica discursiva do Estado na democracia representativa venezuelana, o Sacudón foi reconhecido como uma manifestação caótica e desestabilizadora que ameaçou o regime social e político e que foi controlada graças à suspensão das garantias constitucionais e à ação das forças repressivas do Estado. Em contraste, os abandeados do novo pacto social e político “bolivariano” – o qual nasceu com a Constituição da República Bolivariana da Venezuela no ano 1999 – encontram no Sacudón a gênese da “revolução bolivariana”.

Encontramo-nos, pois, com duas narrativas que respondem, pelo menos discursivamente, a duas configurações do Estado e da democracia venezuelana: a representada no pacto social da democracia representativa “puntofijista”⁷, a qual se desdobra desde o ano 1958

⁵ Sob o mandato de Chávez, o governo criou um conjunto de instituições subsumidas às suas políticas de gestão, na tentativa de disputar as narrativas construídas nos demais espaços públicos e de pesquisa.

⁶ Instituição do Ministério do Poder Popular para a Cultura criado com o propósito de desenvolver uma narrativa historiográfica venezuelana a partir de uma perspectiva “*latinoamericanista e caribeña*”.

⁷ O regime democrático representativo na Venezuela (1958-1998) nasce com a derrocada da ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958) – na qual foram ilegalizadas e perseguidas organizações partidárias, sindicais e meios de comunicação, e onde não existia o direito à liberdade de expressão nem de reunião. A democracia representativa na Venezuela cria um novo marco constitucional (1961) – redigido e aprovado pelo Congresso Nacional da República em 1961 –, com o qual as Forças Armadas são retiradas do âmbito civil e político e onde se

até o ano 1998; e a representada no pacto social da democracia participativa⁸ do processo bolivariano, que começa no ano 1999 com a aprovação, em referendun popular, da Constituição da República Bolivariana de Venezuela.

Ambas narrativas – da democracia “puntofijista” e da democracia “participativa” – coincidem na consideração do Sacudón como uma explosão monstruosa que desestabilizou a ordem social e política da Venezuela. No entanto, elas se diferem tanto na valoração, quanto no sentido dessa monstruosidade. No caso da narrativa puntofijista, tratar-se-á da construção de uma memória restauradora que *suture a ferida* e impeça o desejo de repetição da irrupção monstruosa. No caso da narrativa “bolivariana”, tratar-se-á da constituição de uma historiografia redentora que potencialize (até certo ponto) essa monstruosidade na qual se encontra a força disruptiva e emancipatória dos oprimidos. A primeira é a narrativa do Estado durante a seguinte década após o Sacudón, a que chamarei, só para efeitos enunciativos, a *narrativa oficial “puntofijista”*. A segunda, que eu chamarei *narrativa oficial “bolivariana”*, é a narrativa do Estado durante os últimos vinte anos.

Segundo a *narrativa oficial “puntofijista”*, o Sacudón foi uma ação vândala a qual foi preciso submeter para restabelecer e salvaguardar a institucionalidade democrática. A declaração do General Humberto Seijas Pittaluga, um dos porta-vozes do governo da época dá conta da lógica dessa narrativa: as “turbas que actuaron con inusitada violencia (...) no son expresión del Pueblo (...), cuando mucho llegan a hez y horda al mismo tiempo” (SEIJAS, 1989, p. D7). Assim, a linha editorial dos principais meios de comunicação serviu de tribuna para difundir e legitimar essa

estabelece o direito ao voto direto, universal e segredo para a eleição do Presidente da República e dos membros do legislativo; a liberdade de expressão; a liberdade de culto; o direito à livre organização sindical e partidária; o direito à livre imprensa e o livre trânsito; o reconhecimento da autonomia administrativa, territorial e de pensamento das universidades autônomas do país, dentre outros. Porém, não pode se pensar o regime democrático representativo venezuelano sem reconhecer o papel do Estado na administração e controle da renda petroleira com a qual foi possível neutralizar e diminuir os níveis de conflito e de luta de classes no país, garantindo certo nível de “paz social”, mesmo durante o período da luta armada entre finais da década de sessenta e da década de setenta. Sobre a democracia representativa venezuelana ver: Diego Bautista Urbaneja, *La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días* (2012). Ver, aliás, o livro considerado o documento programático e fundacional da democracia puntofijista venezuelana, escrito por Rómulo Betancourt, *Venezuela, política y petróleo* (1967).

⁸ Após a grande crise de legitimidade política do regime da democracia representativa venezuelana, a democracia participativa nasce com a aprovação da Constituição da República Bolivariana de Venezuela (CRBV) (2009), no ano 1999, aprovada mediante referendo popular após ser redigida por uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos membros foram eleitos por voto universal, direto e secreto. Com a CRBV são reconhecidos os direitos indígenas e ambientais, restituída a participação da Força Armada no âmbito político, incorporadas as figuras dos referendos consultivo e revocatório e dos órgãos de participação social comunitária na gestão pública, a eliminação da figura do Senado no Poder Legislativo, bem como a inclusão de dois novos poderes – além do Executivo, o Legislativo e o Judiciário –, isto é, o Cidadão (Ministério Público, Defensoria do Povo e Controladoria Geral) e o Eleitoral.

narrativa, culpando a população pelos destroços e perdas, convertendo as vítimas do massacre em delinquentes, justificando as suas mortes (PROVEA, 1993, p. 2) e, finalmente, instaurando um medo disciplinador.

En una fosa común han sido enterrados 120 cadáveres durante la madrugada y la mañana de ayer con el objeto de descongestionar la morgue de Bello Monte, que se encuentra abarrotada después de cinco días de violencia en el área metropolitana. En una decisión de los ministerios de Sanidad y de Justicia, los efectivos de Defensa Civil improvisaron una fosa común, en el lugar conocido como La Peste en el Cementerio General del Sur, donde sepultaron a más de un centenar de hombres, mujeres y niños (PATIÑO, 1989, p. 10).

Além das mensagens “*aleccionadoras*” promovidas pelas principais mídias do país, o Sacudón deixou mais uma mensagem: a institucionalidade democrática e sua engrenagem, constituída por sindicatos e partidos, não souberam nem foram capazes de orientar o mal-estar social acumulado nos anos anteriores.

Num ato de *mea-culpa*, o ex-presidente da República Rafael Caldera, quem formara parte do partido social cristão Copei, afirmou, numa intervenção no Congresso, que o Sacudón significou uma quebra do regime democrático gerada pelos famintos: “El escapate lo rompieron los hambrientos que no quieren someterse a los moldes férreos del Fondo Monetario Internacional” (ALVARADO, 1989, p. 7).

Para além dos matizes, estas valorações, nascidas no berço da elite política do puntofijismo, buscaram diminuir o impacto histórico e político do Sacudón enquanto ruptura e evidência da crise de legitimidade do regime democrático, reconhecendo a explosão apenas como a anomalia de um sistema político que, para se restabelecer, precisou executar medidas de *shock*.

Após o triunfo eleitoral de Chávez, no ano 1998, a narrativa sobre o Sacudón construída pelo Estado deu um giro de 180°. Decretado o herdeiro do “poder popular”, o processo político “bolivariano” incluiu na sua narrativa historiográfica o 27 de Fevereiro como o ponto que marcou o ocaso da democracia “puntofijista” e o começo da “revolução bolivariana”. A melhor formulação desta narrativa se resume nas seguintes palavras do próprio Chávez:

Un 27 de febrero de 1989 nos cansamos de serlo y dijimos ¡basta! 27 de febrero de 1989: el hecho político de mayor trascendencia del siglo XX venezolano y la fecha del Renacimiento de la Revolución Bolivariana. El mismo año en que caía el muro de Berlín, el pueblo venezolano despertaba y se alzaba contra el Fondo Monetario Internacional y el neoliberalismo, dándole un rotundo mentís a la falacia del ‘fin de la historia’: una nueva historia comenzaba en Venezuela con la rebelión de los pobres, con la conciencia de lucha, de batalla, que encarnó en las seculares víctimas de la desigualdad y la exclusión. Una nueva historia escrita con la heroica sangre popular venezolana. A nosotros y nosotras sí que nos está prohibido olvidar: en 1989 se cometió el más grande genocidio de la historia de Venezuela del siglo XX. El más sistemático y

criminal ejercicio de terrorismo de Estado se desarrolló en los primeros días de marzo, luego de que la rebelión se había apagado (CHÁVEZ FRÍAS, 2010).

Durante o período político “bolivariano”, o Sacudón foi comemorado com grandes eventos convocados pelo governo. Uma ampla produção de crônicas, reportagens, relatos e documentários abrangeram os meios de comunicação comunitários, alternativos e do Estado⁹. Neste período, o Estado, além de produzir sua própria narrativa historiográfica, criou os espaços para difundir as memórias que, sendo geradas durante os primeiros dez anos após o 27 de Fevereiro de 1989, foram silenciadas. Nesses anos foram publicados romances memorialísticos como *Febrero* (2012) de Argenis Rodríguez e *Lo que va dictando el fuego* (2015) de Juan Antonio Hernández; bem como produzidos e/ou difundidos os documentários *Pégale candela* (2005) de Alejandra Szeplaki, *Venezuela 27 de Febrero: de la concertación al desconcierto* (BLASER, 1990) e *La otra mirada* (BLASER, 1991).

Na disputa pela hegemonia das narrativas históricas no campo do Estado e da opinião pública, o Sacudón passará de ser considerado uma anomalia do regime democrático, para ser reconhecido como a ruptura desse mesmo regime a partir da qual nasce a “revolução bolivariana”. Enquanto para a narrativa oficial puntofijista o que não pode se repetir é o momento da explosão social, para a narrativa oficial bolivariana o que nunca poderá se repetir é o massacre executado pelo Estado contra o povo venezuelano.

2. Leituras do Sacudón: uma disputa teórico-política

No âmbito teórico da disputa historiográfica do Sacudón, não apenas as interpretações se tencionam, mas também os silêncios. Enquanto no campo da intelectualidade crítica da ordem estabelecida houve, sobretudo nos primeiros anos que se passaram após o evento, uma preocupação por compreender, interpretar e achar as razões do que aconteceu em 27 de Fevereiro de 1989, no campo da intelectualidade afim à ordem social liberal ou à ordem republicana, se destacam a ausência e a omissão de pesquisas e estudos destinados a refletir sobre este evento, numa tentativa de apagar o tal “acidente” monstruoso. Em *La crisis de la Venezuela contemporánea* (1998), o historiador Manuel Caballero, quem fora professor da Universidade Central da Venezuela (UCV) e membro da Academia Nacional da História, constrói uma narrativa da

⁹ Um exemplo do esforço do governo por consolidar essa narrativa é a estrela, no ano 2005, de *El Caracazo* (Chalbaud, 2005), um filme dirigido pelo cineasta Román Chalbaud, a pedido do Estado, com um investimento aproximado de \$ 1.500.000 e com um elenco de 134 atores e 5.000 figurantes.

história contemporânea venezuelana – nos séculos XX e XXI – a partir da ideia de *crise histórica*¹⁰, demarcando os momentos que implicaram transformações irreversíveis no percurso, não apenas histórico da *nação*, como também político, individual e moral dos cidadãos. Apesar de estabelecer a ideia de *crise histórica* como o fio condutor da sua construção narrativa, o Sacudón não aparece referido como um dos momentos críticos da história recente da Venezuela. Surpreendentemente, Caballero faz um salto magistral da crise do “viernes negro”¹¹ em 1983, até as duas tentativas de golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez em 1992. Nesta construção narrativa historiográfica, o ano 1989, bem como o Sacudón, foram apagados da linha do tempo dos episódios “críticos”.

Dito isto, no entanto, a literatura sobre o Sacudón compõe um catálogo heterogêneo de estudos e reflexões empreendidos em distintos tempos e espaços de produção de conhecimento que não se reduzem ao âmbito universitário nem aos centros tradicionais de pesquisa. Organizações sindicais e de direitos humanos, partidos políticos de esquerda e ONG’s dedicaram esforços teóricos, quer para visibilizar e manter viva a memória do acontecido, quer para tecer narrativas que permitissem tanto sua compreensão, quanto a avaliação do seu potencial emancipatório ou “destrutivo”. A imprevisibilidade, a monstruosidade e a novidade do acontecido em 27 de Fevereiro de 1989 na Venezuela motivaram, quase que de imediato, a curiosidade de pesquisadores de distintas origens e tradições¹².

¹⁰ O autor define o conceito da seguinte forma: “toda crisis histórica señala un proceso de cambios muy profundos, por lo general irreversibles y que, aún si ella se hace más evidente en el terreno político, no se confina allí, y las transformaciones llegan a abarcar los más diversos aspectos de la vida social: desde el cambio de escenarios y actores políticos, hasta la moral individual, pasando por las más variadas facetas de una cultura, tomado esto último en su sentido antropológico y no en el de simple ilustración personal y colectiva” (CABALLERO, 1998, p. 10).

¹¹ Trata-se do dia 18 do fevereiro de 1983, data em que foi suspensa a livre compra-venda de moeda estrangeira e em que o preço do bolívar – a moeda venezuelana na época – sofreu uma abrupta desvalorização por causa da fuga de capitais provocada pela queda dos preços do petróleo e pela crise da dívida na América Latina.

¹² No mesmo ano, 1989, surgiram várias coletâneas e revistas que dedicaram boa parte das suas páginas à reflexão e à exposição do acontecido nesse episódio. O sétimo volume de *Tierra Firme. Revista de Historia y Ciencias Sociales* (1989) compilou textos que abarcam desde reflexões teóricas até comunicados e documentos gremiais publicados durante os dias do Sacudón. Os números de abril e maio de 1989 da *Revista SIC*, do Centro Gumilla, compilaram testemunhos, análises e balanços daqueles dias. O décimo terceiro número de *Politeia* (1989), a revista do Instituto de Estudios Políticos da Universidade Central da Venezuela (UCV), dedicou o Dossiê desse ano à reflexão teórica, analítica e descritiva do Sacudón, a coletânea escrita e gráfica *El estallido de febrero* (CATALÁ, 1989) compilou fotografias e ensaios breves de jornalistas e acadêmicos e, finalmente, a coletânea *El día que bajaron los cerros* (RAMIA; CRACHO, 1989), publicada em coedição pelo jornal *El Nacional* e o centro cultural Ateneo de Caracas, compilou ensaios e fotografias sobre o episódio. Este ímpeto inicial por compreender, expor e descrever teoricamente o Sacudón foi diminuindo com os anos, deixando o terreno à produção mais propagandística.

Nessa heterogeneidade temática e temporal, algumas reflexões tentam responder às perguntas se o Sacudón foi uma interrupção da continuidade da ordem sociopolítica, como ele se produziu, se se tratou de um episódio imprevisível e espontâneo ou se, pelo contrário, respondeu a “causas” e razões identificáveis. As respostas, que fazem parte de uma disputa teórica e política, podem ser resumidas em cinco hipóteses de interpretação geradas em momentos, espaços e tradições diferentes, e as quais eu agrupei ao redor de duas questões. As primeiras três hipóteses tentam responder à pergunta pelas razões e natureza da irrupção: se ela foi espontânea, planejada ou determinada por razões estruturais. As últimas duas hipóteses tentam responder à pergunta pelo caráter disruptivo do evento, seus alcances e os seus limites.

2.1. O Sacudón como emergência imprevisível, inédita e espontânea

No debate teórico-político da esquerda venezuelana, há os que ressaltam a espontaneidade do Sacudón, confrontando as interpretações “deterministas” com as quais se pretendia explicá-lo. Refiro-me especialmente às leituras¹³ de Reinaldo Iturriza (2006) e de Fernando Coronil e Júlia Skurki (1991), as quais, além de explorar essa dimensão espontânea, sustentam a ideia segundo a qual o Sacudón significou uma ruptura¹⁴ da ordem social, histórica e política da Venezuela contemporânea.

Num exercício “des-construtivo/construtivo” da semântica da violência política na Venezuela contemporânea, Coronil e Skurki – que formam parte do grupo Modernidade-Colonialidade do pensamento de-colonial em América Latina – ressaltam a particularidade, novidade e imprevisibilidade da irrupção popular em 27 de Fevereiro de 1989 na Venezuela, em contraste com os distintos protestos que aconteceram na América Latina diante das políticas econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (1991, pág. 311).

Até então, a estabilidade social e política do regime democrático puntofijista sustentava-se num imaginário nacionalista modernizador que visava o “desenvolvimento” do povo. Frente à crise econômica iniciada no “viernes negro” e ao desprestígio do governo durante o mandato de Jaime Lusinchi (1984-1989), as elites políticas estabeleceram um pacto de conciliação a partir do qual procuraram conter o mal-estar social. Aliás, a população venezuelana havia criado grandes

¹³ Ambas as interpretações foram escritas na década de noventa do século passado, embora a de Iturriza, que corresponde ao seu TCC para se formar como sociólogo na Universidade Central da Venezuela (UCV), foi publicada 7 anos após ser escrita.

¹⁴ Por razões expositivas vou apresentar separadamente os argumentos que sustentam a hipótese da espontaneidade dos que sustentam a hipótese da ruptura.

expectativas ao redor do novo governo de Carlos Andrés Pérez no que diz respeito à resolução da “grande crise econômica”. Com base nisso, e tendo em vista as formas de reação social frente às medidas de austeridade do FMI no restante da América Latina, as elites políticas confiaram na sua capacidade em controlar o descontentamento após a execução destas medidas. No entanto, ficaram surpresas diante da irrupção de milhares de pessoas que, sem direção e passando por cima de toda tentativa de enquadramento sob formas de organização tradicionais, espalhar-se-ia rapidamente por todo o país.

In multiple unplanned protests over sharp price increases and food shortages, an estimated one million people spontaneously looted thousands of stores and factories in the capital and most major cities, in effect erasing state control of the street. During five days the state responded to mass looting, redistribution, and destruction with containment, repression, and retaliation. It constituted by far the most massive and severely repressed such riots in the history of Latin America (CORONIL; SKURSKI, 1991, p. 291).

Reinaldo Iturriza, reivindicando a natureza eminentemente política do Sacudón, constrói uma abordagem ontológica da “espontaneidade”. Segundo ele, o relevante em termos teóricos é considerar o que aconteceu em 27 de Fevereiro enquanto problema e, a partir dali, dar conta da natureza informe, fugaz e imprevisível (2006, p. 28 e seq.), manifesta na emergência da *turba* como novo sujeito político (2006, p. 35).

O Sacudón foi, pois, a emergência in-forme e indeterminada enquanto corpo material de uma nova unidade não contemplada na institucionalidade política do regime democrático venezuelano (2006, p. 43). A ideia de descontinuidade que se desprende desta leitura é profundamente radical: O *suceso*¹⁵ em 27 de Fevereiro não possui temporalidade. Sem âncoras com o passado nem estratégias para o futuro, o *suceso* fecha-se na instantaneidade do seu próprio devir.

2.2. O Sacudón como conspiração planejada

Dentro da lógica que assume as irrupções sociais como anomalia aos sistemas democraticamente constituídos, o Sacudón não é apenas interpretado como uma das possibilidades implícitas do regime democrático nem como a expressão do mal-estar social. Ao invés disso, ele passa a ser considerado como a resultante de uma engrenagem de ações e tramas planejadas por uma rede conspirativa que, no período da debacle soviética no mundo, tenta

¹⁵ Pelas dificuldades semânticas e a imprecisão do sentido do termo na sua tradução para o português, decidi manter a expressão “*suceso*” em espanhol, cujo significado consiste em ser um episódio que faz parte de uma sucessão. Iturriza faz um uso irônico do termo “*suceso*” para se referir, na verdade, à ideia de *acontecimento*.

recuperar terreno no mapa geopolítico. Tal o chão ideológico sobre o qual descansa a hipótese conspirativa proposta por Thays Peñalver (2017), uma advogada e escritora venezuelana que, desde o campo da tradição socialdemocrata, tenta entremear os alicerces que geraram o Sacudón.

A trama proposta por Peñalver faz do seu livro *La conspiración de los 12 golpes*, publicado em 2015 e no qual constrói, a partir da hipótese conspirativa “comunista”, um fio unificador das tentativas de golpes de Estado que se passaram durante os 40 anos da democracia “puntofijista” venezuelana. A sua leitura e, talvez uma das pouquíssimas narrativas historiográficas sobre o Sacudón geradas a partir de uma visão que reivindica a ordem democrática tradicional venezuelana.

Nessa trama, o Sacudón é mais uma tentativa falida de golpe de Estado contra a democracia venezuelana, organizada pelo G2 cubano e executada por agentes de uma rede internacional de “comunistas”. “El Caracazo de 1989 en Venezuela también comenzó en horas de la mañana y en las afueras de la capital, con el mismo ‘orden de batalla’ en el que ocurrieron los mismos hechos en Santo Domingo, Río de Janeiro o Rosario en Argentina” (2017, p. 146 e seq.).

A hipótese sustenta-se nas seguintes premissas:

1. O termo “*coroação*”, com o qual foi assinalada a posse de Carlos Andrés Pérez, foi uma invenção de “conspiradores” dentro das Forças Armadas para assemelhar esse evento à “*coroação*” de Napoleão Bonaparte que, repudiada por Simon Bolívar, motivou neste o sonho independentista (2017, p. 136).
2. Fidel Castro, que participou da posse de Carlos Andrés Pérez (CAP) em 02 de fevereiro de 1989, havia mudado o lema de luta pelo comunismo para orientar a conspiração contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), promovendo os diferentes distúrbios violentos na América Latina após a intervenção deste organismo multilateral (2017, p. 140 e seq.). Aliás, aproveitou a sua visita à Venezuela para levar dois aviões russos e infiltrar 200 agentes cubanos nas favelas de Caracas (2017, p. 154).
3. Os conspiradores programaram o mesmo esquema de criação de organizações sociais de base para incentivar os distúrbios (2017, p. 147 e 150).

Carente de qualquer rigor teórico e científico, a hipótese se “sustenta” em declarações e conexões de eventos que foram manipulados, alterados e até imaginados pela autora para encaixá-los na sua narrativa conspirativa.

2.3. Sacudón como expressão da crise de legitimidade da democracia puntofijista

Segundo esta perspectiva, o Sacudón é resultado de um processo de desgaste do regime democrático representativo cujas bases descansam numa estrutura socioeconômica dependente do modelo rentista e *monoproductor*. A explosão desvela, pois, a crise de um sistema político que, sob um regime de desigualdade, havia garantido certo nível de estabilidade social favorecido pelos benefícios da renda petrolífera.

Segundo os professores e pesquisadores Margarita López Maya e Luis Lander, o Sacudón, ao desvendar o processo de deslegitimação do sistema político venezuelano, desencadeou uma série de eventos que marcaram o seu ocaso (2008, p. 153). Esta hipótese é apresentada pela mesma pesquisadora num artigo anterior (LÓPEZ MAYA, 1999). A seu juízo, a cisão entre a população e as instituições que se gestava desde começos da década de oitenta, interrompeu os canais de comunicação pelos quais a primeira pudesse expressar suas demandas e desconfortos e a segunda tivesse modo de medir os níveis de mal-estar social. Na ausência destes canais, a população encontrou na rua o meio para manifestar seu descontentamento. “El grave deterioro institucional expresado en la ceguera, perplejidad y paralización de los actores hegemónicos, en especial del gobierno nacional, pero también de los partidos y del sindicalismo, propició las características y extensión que tomó la protesta”. (LÓPEZ MAYA, 1999, p. 196). O episódio foi, mais do que uma reação irracional, a defesa do processo de modernização da institucionalidade social e política venezuelana que, com as medidas econômicas firmadas com o FMI, havia sido ameaçado.

No artigo “Crisis de legitimidad e inestabilidad política en Venezuela”, publicado no ano 1995 na *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, o sociólogo, professor e pesquisador Luis Gómez Calcaño, afirma que o que aconteceu nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1989 não foi apenas uma insurreição. Esses dias, contudo, significaram uma dissolução temporal da ordem social e política na qual grupos sociais heterogêneos tomaram as ruas para recuperar as mercadorias escondidas pelos comerciantes. Foi a resposta material e simbólica frente à crise de legitimidade de um regime político que até então havia podido se manter estável.

La percepción de un enriquecimiento acelerado de las élites en simultáneo con un deterioro tangible del nivel de vida de la mayoría era, por sí misma, un factor potencialmente deslegitimador del orden político. Pero a ella se agregó la separación creciente entre las élites partidistas y las bases populares (...). Aunque los sucesos del 27 de febrero simbolizaron esta ruptura del vínculo, ella había comenzado mucho antes (GÓMEZ CALCAÑO, 1995, p. 123).

A professora e pesquisadora Raquel Gamus (2016) acrescenta esta hipótese fazendo ênfase na cisão população-institucionalidade política. Segundo a autora, o Sacudón é a expressão da grande frustração da população venezuelana que, com o nascimento da democracia em 23 de Janeiro de 1958, esperava a constituição de um regime de igualdades e de justiça social. A incapacidade do programa econômico populista e capitalista dependente impulsionado pelo Estado para resolver as grandes desigualdades sociais, bem como o exercício de uma forte política repressiva para controlar os conflitos sociais e políticos, corroeram a legitimidade da democracia representativa venezuelana.

No entanto, a responsabilidade desta crise de legitimidade não repousa apenas nas elites políticas, mas nas estratégias da própria esquerda. A estratégia de luta armada impulsionada por vários partidos de esquerda contribuiu com o afastamento entre estes e a população, bem como com a sua incapacidade de se consolidar como uma alternativa política efetiva frente ao regime puntofijista. “Ante esta democracia cada vez más imperfecta, al ciudadano común le quedaban pocas alternativas, aquel que mantuvo conciencia de sus derechos y se condolió por el deterioro del país, se vio sometido al aislamiento, pues no había cómo canalizar sus inquietudes” (GAMUS, 2016, p. 36 e seq.).

Em termos de “causas”, o professor e pesquisador Luis Fuenmayor Toro (1994), quem fora reitor da Universidade Central da Venezuela (UCV) na época em que aconteceu o Sacudón, encontra na divisão social de classes o fundamento explicativo deste episódio, uma divisão que, no entanto, não se expressa como sujeito político: “los obreros no participaron como clase en las manifestaciones de protesta del 27 de febrero y días posteriores” (1994, p. 192). Para o autor, a miséria gerada pela “injusta” distribuição da riqueza durante os 30 anos do regime democrático puntofijista foi a causa fundamental da explosão (1994, p. 192), enquanto a impunidade foi o seu condicionante particular (1994, p. 196).

Existe, aliás, uma hipótese antecipada do que aconteceu em 27 de Fevereiro de 1989. Trata-se do texto “profético” de Luis Damiani – professor, pesquisador e militante do movimento autonomista “Corrente Histórico-social” – que, publicado em 1987 e sob uma análise materialista da história, anuncia a possibilidade de uma explosão social como a do Sacudón. No texto, Damiani assume o carácter substantivo da crise de legitimidade do regime democrático (1987) e

estabelece a distinção entre os conceitos de *subversão social*¹⁶ e *subversão política*¹⁷ como premissa analítica para refletir sobre as possibilidades de transformação social, econômica e política da Venezuela. A seu juízo, o vínculo analítico entre a subversão – indistintamente da sua forma – e a crise de legitimidade do regime institucional permite compreender as tendências concretas da conflitualidade social. Assim, a subversão é a manifestação sintomática de uma crise de legitimidade substantiva do poder estabelecido e da cisão entre este e os setores subalternos da população venezuelana, isto é, o desvelamento da tensão não resolvida entre a formalidade democrática e a justiça material.

La realidad indica que la crisis que padecemos condiciona fuertemente las intervenciones del sistema político en la reproducción de la legitimación del sistema democrático. En tales previsible procesos de degradación, la tensión social podría profundizarse y podría entrar en crisis la ideología que sustenta el Estado social-democrático venezolano. (1987, p. 14)

Para além dos matizes, as interpretações anteriores buscam as *razões* do Sacudón tanto na constituição e crise do regime democrático puntofijista, quanto na estrutura econômica venezuelana caracterizada pela sua natureza rentista e dependente. As sequelas do fim da “bonança petrolífera”¹⁸, com a qual se instaurou uma relação clientelista entre o Estado e a população, afetarão fundamentalmente as dinâmicas da vida cotidiana dos setores sociais subalternos, gerando as condições para uma grande explosão social.

2.4. O Sacudón como ruptura

Alguns autores dentro do campo da esquerda intelectual e política, encontram no Sacudón um ponto descontínuo (ou de ruptura) no percurso da história contemporânea

¹⁶ Definida pelo autor como “un tipo de subversión que adquiere formas de violencia colectiva, que se expresa em movimientos espontáneos de rebelión. Irrumpe y se realiza por sujetos sociales que no son portadores de una intencionalidad estratégica. Es una insurrección desprovista de elementos normativos, teóricos, programáticos. Es una forma de subversión como expresión inmediata, donde el sentido del accionar es motivado por necesidades e intereses perseguidos mediante la realización de la acción de rebeldía en cuanto tal. Tiene características preponderantemente simbólicas y gestuales, demostrativas, expresivas, sin claros objetivos de poder social. Exalta el motín, la violencia como infracción, el gesto de ruptura, de trastorno, de negación (...). Aspira ser reconocida como expresión de la voluntad colectiva. Es efecto, muchas veces, de la marginalidad, de la opresión y de la segregación. Es el indicador de la debilidad sociopolítica del sujeto colectivo que la realiza” (1987, p. 14).

¹⁷ Diferentemente da anterior, o “rasgo distintivo de la insurrección política estriba en que tal proceso se manifiesta siempre con una intencionalidad política y estratégica. Es siempre realización de modelos éticos, teóricos e ideológicos. La subversión no es un fin en sí mismo. Es, por el contrario, instrumental, políticamente motivada, éticamente legitimada (...), medio dirigido a la instauración de una sociedad mejor, más justa, etc.” (1987, p. 14).

¹⁸ Chama-se *bonança petrolífera* o ingresso significativo do Produto Interno Bruto (PIB) nos países petroleiros por causa do aumento súbito nos preços do petróleo. No caso venezuelano, esse fenômeno aconteceu após a nacionalização da indústria petrolífera no ano 1974, durante o primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez.

venezuelana, isto é, a emergência de uma força que, além de quebrar a estabilidade da democracia puntofijista, quebrou a ordem de significados e trouxe à tona um novo agente social e político. Nessa perspectiva, a ênfase não aponta tanto para o caráter imprevisível da emergência, mas para a capacidade de quebra da ordem social, política e econômica do regime, bem como para o surgimento das forças subterrâneas do passado reprimido.

Na abordagem da semântica da violência política na Venezuela, Coronil e Skurki destacam o seu potencial disruptivo, especialmente sua capacidade de ultrapassar os limites do estabelecido, abrir um novo plexo de significados e práticas sociais e iluminar paisagens históricas ocultas (1991, p. 289 e seq.). Nesta perspectiva, o que aconteceu em 27 de Fevereiro de 1989 na Venezuela não foi apenas uma manifestação caótica de uma população bárbara diante das medidas de austeridade impostas pelo FMI, senão uma re-apropriação e re-vitalização de símbolos do passado, bem como a quebra radical do imaginário democrático instaurado na narrativa social e política do país. No momento da irrupção, o povo pobre produz uma nova percepção de si, interpelando o lugar que lhe havia sido adjudicado dentro da narrativa histórica oficial.

(...) when rules were transgressed and categories confused, exhilaration and fear competed for control of the situation. Exhilaration followed from the collective assertion of popular understandings over official explanation. Through incountless acts of defiance, which included burning some police stations and local AD offices, people spoke about their rejection of not only their immiseration, but the deceptive reasons routinely put forth to explain it and of the institutions supporting it (1991, p. 317).

A partir de então, o “povo bárbaro”, que havia permanecido afastado nas margens da “civilização” e da vida moderna de uma Venezuela próspera, abandonou o seu lugar periférico para invadir e infestar o centro enquanto ameaça cotidiana, isto é, enquanto rosto de uma sociedade profundamente desigual.

O filósofo e militante do movimento autonomista “Corrente Histórico-Social”, Roland Denis, e quem foi detido durante os dias posteriores à irrupção em 27 de Fevereiro sob a acusação de liderar a “insurreição”, encontra no Sacudón a emergência inaugural de um novo agente político. Trata-se de

un movimiento de ruptura inauguratorio de la historia (...). El problema es que al quebrar la historia aparecen nuevos sujetos y aparece una lealtad colectiva a ese nuevo espíritu, hay verdades que se crean en los acontecimientos. (...) la verdad de la rebelión, de la autonomía, la condición política y ontológica del pueblo como factor fundamental del quehacer histórico, se hace allí (DENIS; GÓMEZ; MENDOZA, 2009, p. 45).

Assim, o Sacudón é tanto um ponto de ruptura temporal, quanto a emergência genética de uma nova verdade: a da rebelião popular que dá início ao processo social e político posterior. Em contraste com a hipótese *espontaneísta*, Denis assume o Sacudón como a semente de um

processo de politização *autopoiético* que resulta de um acúmulo de forças e formas de luta gestadas nas margens das formas de organização tradicional da esquerda¹⁹.

O relevante na leitura de Denis é o caráter inaugural outorgado à ruptura, considerando o Sacudón como o ponto de partida de um novo período histórico na Venezuela, o “processo político bolivariano” (Denis, 2001), que produziu uma nova historicidade vinculada ao passado invisível dos “subterrâneos” que inaugura um horizonte social e político radicalmente diferente ao do regime puntofijista.

Perguntando-se pelo caráter e natureza do *sujeito* do Sacudón, Reinaldo Iturriza (2006) coloca o acento no seu estatuto político. Diferentemente da “profecia” de Damiani, a qual consideraria o Sacudón como uma insurreição apenas social, para o Iturriza se trata de um *evento* eminentemente político cujo potencial disruptivo expressa-se em duas dimensões. Por um lado, o “*suceso*” em 27 de Fevereiro constitui a emergência de novas formas de vinculação de uma multidão diversa que consegue ultrapassar as regras de jogo de uma política institucionalizada. Pelo outro, seu próprio devir *evento* gera o salto do protesto rotineiro à irrupção imprevista e generalizada contra a ordem estabelecida.

Assim, o inédito do Sacudón se encontra na forma do sujeito político e nas suas conexões: *a turba*, a qual se compõe pelo “‘pueblo corriente’, pero también de malandros y militantes de ultraizquierda. Lo novedoso es la conexión que establecen entre sí estos elementos, de lo que puede resultar una ‘marejada feliz e incontenible’” (2006, p. 47). Eis a natureza política do Sacudón: o seu devir “marejada imparável”, “beste absoluta”, que não precisa tomar o poder porque, de fato, o exerce. O Sacudón é, pois, uma sublevação da *turba* contra a institucionalidade política e não apenas uma simples reação às medidas neoliberais assumidas por Carlos Andrés Pérez. Trata-se de um *evento* provido *do nada* e fechado na imediatez da sua produção. Ao contrário da *classe* ou do *povo*, a *turba* não possui demarcações. Ela se autoproduz e produz as regras do jogo da sua própria emergência²⁰ (2006, p. 55).

Embora Denis e Iturriza priorizem a dimensão política que subjaz para além das razões estruturais ou econômicas que pudessem ser parte desse episódio, eles diferem no que tange à valoração histórica da ruptura. Enquanto Denis encontra na ruptura o anúncio de uma nova

¹⁹ Na Venezuela dos anos sessenta e setenta, a esquerda levantará como principais estratégias de luta a guerrilha (rural e urbana), as paralizações e as greves.

²⁰ Destaca-se a semelhança do conceito de *turba* proposto por Iturriza com a perspectiva autonomista de António Negri no seu conceito de *multidão* (2004).

temporalidade e situa o Sacudón no início de uma nova continuidade histórica, Iturriza concebe a ruptura não apenas em relação com o regime institucional político da democracia puntofijista, mas em relação à própria temporalidade, excluindo o Sacudón de qualquer dimensão histórica e temporal.

2.5. O Sacudón como ruptura limitada

As posturas que se inscrevem nesta quinta hipótese destacam os limites da consideração do Sacudón enquanto ruptura emancipatória.

Manuel Sutherland (2009), um economista e pesquisador que se inscreve dentro das correntes de tradição marxista, considera o Sacudón como uma grande tragédia histórica e não como uma ruptura do regime puntofijista. Ao seu juízo, a ausência de uma estratégia política partidária e a legitimação de uma “estratégia” movimentista, que recusa a importância da disputa pelo poder político, levou ao povo a uma situação que acabou no maior massacre da história contemporânea da Venezuela. Embora

(..) fue una chispa de ilusión revolucionaria, la inexistencia de dirección organizada muestra que el arte de la insurrección, las mezclas de las luchas legal e ilegal, la construcción del partido y la organización leninista rigurosa es aún la única estrategia (comprobada) de transformación política profunda que puede llevar a los oprimidos a la victoria definitiva sobre el capital (2009, p. 43).

À luz da estrutura de classes da organização social, o Sacudón acabou gerando um refluxo na “luta de classes”, freando, desta forma, as possibilidades de transformação revolucionária da sociedade venezuelana.

Por sua vez Elio Colmenarez, dirigente do então Partido Socialista de los Trabajadores (PST), no seu livro *La insurrección de Febrero (análisis para la lucha revolucionaria)*, publicado logo após do acontecimento, tenta dar conta das determinações subjacentes do que, ao seu juízo, foi uma insurreição popular (1989, p. 5). Sem negar a imprevisibilidade da insurreição, o autor enfatiza as condições extraordinárias derivadas da organização desigual da sociedade venezuelana. Assim, a insurreição em 27 de Fevereiro não emergiu do nada. Muito pelo contrário, por trás dela repousam condições estruturais, tradições de luta e um profundo sentimento de tédio alimentado pelo fracasso e pela crise da distribuição da renda petrolífera.

A partir de testemunhos, documentos e reflexões, Colmenarez constrói uma narrativa que mostra as distintas dinâmicas de organização e relação social que se tecem no desdobramento da irrupção, desvelando as inéditas alianças que ali se constituíram: estudantes, comunidades das favelas, bandidos, trabalhadores, criaram um novo plexo de relações que serviu não apenas para

a defesa da favela e da rua contra os aparatos repressivos do Estado, mas para estabelecer novos vínculos com a propriedade e novos códigos de solidariedade. “En medio del aparente caos, el pueblo ejercía su control. En los saqueos no había riñas ni peleas (...), nadie se quedaba vacío; el que llegaba tarde siempre recibía algo del que llevaba ‘mucho’. En los barrios, el trueque y el regalo permitían ayudar al que agarró menos” (1989, p. 45).

Tais relações e tramas, no entanto, foram nutridas por tradições e formas de luta do passado. Os estudantes ensinavam às senhoras e vizinhos da favela a prepararem coquetéis molotovs, a fazerem barricadas, a queimarem pneus... um saber insurrecional foi disponibilizado para a comunidade lutar e manter o controle dos seus territórios. Porém – e eis a hipótese fundamental de Colmenarez –, mesmo quebrando a continuidade temporal da ordem social e política do regime puntofijista, o Sacudón não conseguiu levar até o final a sua força disruptiva.

O sociólogo Ángel Arias, membro da corrente trotskista Liga de Trabajadores por el Socialismo (LTS), concorda com a apreciação de Denis segundo a qual o Sacudón foi o ponto de ruptura do regime puntofijista e o começo de uma nova “etapa” que puxou para o restabelecimento da legitimidade política rompida. Todavia, essa ruptura não constituiu a gênese de um processo revolucionário tampouco emancipador. Embora o Sacudón significasse um desafio tanto à democracia puntofijista, quanto às políticas neoliberais que estavam se espalhando pela América Latina, ele não ultrapassou a sua posição defensiva.

Por outro lado, se para Iturriza a ausência de objetivos foi o elemento disruptivo por excelência da *turba* que protagonizou os *eventos* em 27 de Fevereiro, para Arias foi o limite fundamental que impediu a rebelião de se converter em ameaça real do regime democrático puntofijista.

El Caracazo no fue propiamente una insurrección, al carecer de objetivos de poder y dirección, sin embargo, fue una contundente rebelión popular, defensiva, ante el ataque en regla a las condiciones de vida de la clase obrera y el pueblo pobre, que constituyó una de las más contundentes expresiones de protesta obrera y popular que contra las políticas neoliberales se dieron desde finales de los 80 en América Latina. (Arias, 2017)

Mesmo sem objetivos e nem direção política, Arias encontra no Sacudón o ponto de partida de um período de ascensão da luta de classes que intensificará a instabilidade política do regime puntofijista. Greves e paralizações, desprestígio institucional, protestos na rua, altos níveis de abstenção eleitoral, golpes de Estado, fim do regime de alternância partidária, serão algumas das manifestações de conflito social e político num período que, com o triunfo de Hugo Chávez, terminará na instauração de um novo pacto.

3. Considerações finais

Entre estruturas, razões, caos e imprevisibilidade se bifurcam as narrativas do Sacudón. De um lado, estão os esforços por achar razões, causas e sentidos para compreendê-lo. Por outro, encontram-se as leituras que destacam a ausência de causas e reivindicam o potencial disruptivo da sua imprevisibilidade e originalidade organizativa. E há, aliás, os silêncios, apagamentos e omissões.

O trânsito percorrido pelas diversas narrativas historiográficas sobre o Sacudón evidencia a importância que ele teve (e tem) na constituição e consolidação, mais propagandística do que teórica, do seu significado enquanto episódio histórico, bem como a disputa pelo seu sentido, seja para reivindicá-lo ou, pelo contrário, para demonizá-lo. Essa disputa narrativa encontra-se cindida em dois momentos cujo ponto de inflexão está marcado pela mudança no caráter do Estado e do regime democrático na Venezuela, o que denota a sua relevância política: o primeiro, em que o Estado, respaldado pelas mídias, se encarrega de condenar a revolta e ressaltar o trauma “lecionador” da repressão; e o segundo, que enfatiza a sua força libertadora e emancipatória.

O viés propagandístico da disputa pela narrativa historiográfica do Sacudón se evidencia, aliás, no fato de haver uma maior produção de discursos e conteúdos nos espaços midiáticos, governamentais e políticos, em contraste com a quase inexistência de literatura e de pesquisas no âmbito acadêmico.

Diante da escassa produção de reflexão teórico-historiográfica sobre o Sacudón, e tendo em vista tanto a sua relevância política no que tange à necessidade de recuperar as memórias das nossas lutas, quanto as questões que derivam das narrativas aqui expostas consideramos pertinente:

1. Revisar os limites daquela aposta interpretativa que encontra no Sacudón o contraponto da hipótese do “final da história” ou a gênese de uma nova historicidade, tendo em vista o sintoma contemporâneo das irrupções sociais, caracterizado pela ausência de qualquer orientação estratégica que pudesse potencializar a força avassaladora da explosão social.
2. Levar em consideração as interpelações que se desprendem das interpretações que apontam para a compreensão do Sacudón a partir de determinações e razões. Se bem imprevisível, inédito e espontâneo, a apresentação do contexto e das condições em que o Sacudón emerge problematizam o seu reconhecimento enquanto descontinuidade e ruptura da história.

Bibliografía

ALVARADO, D. Caldera atribuye al hambre los saqueos. Dijo al iniciar su intervención en el Senado. *Últimas Noticias*, p. 7, 2 mar. 1989.

ARAUJO, E. La pesadilla no debe volver. *El Nacional*, p. C1, 3 mar. 1989.

ARIAS, Á. El Caracazo: golpe de muerte al 'puntofijismo'. *La Izquierda Diario*. Acesso em 16 de Agosto de 2018, disponível em <https://www.laizquierdadiario.com/El-Caracazo-golpe-de-muerte-al-puntofijismo-33182>, 27 fev. 2017.

BETANCOURT, R. *Venezuela, política y petróleo* (2ª ed.). Caracas: Editorial Senderos, 1967.

BLASER, L. (Escritor), & Blaser, L. (Diretor). *Venezuela 27 de Febrero: de la concertación al desconcierto* [Filme Cinematográfico]. Venezuela. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PowStBADYps>, 1990.

BLASER, L. (Produtor), Blaser, Lilian (Escritores), & Blaser, L. (Diretor). *La otra mirada* [Filme Cinematográfico]. Venezuela. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bAqullmLE2o>, 1991.

CABALLERO, M. *La crisis de la Venezuela contemporánea*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1998.

CATALÁ, J. A. *El estallido de febrero. Secuencia escrita y gráfica de sucesos que cambiaron la historia de Venezuela en 1989*. (J. A. Catalá, Ed.) Caracas: Ediciones Centauro, 1989.

CHALBAUD, R. (Produtor), & CHALBAUD, R. (Diretor). *El Caracazo* [Filme Cinematográfico]. Venezuela: Amazonia Film, 2005.

CHÁVEZ FRÍAS, H. Declaraciones del Comandante Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez, durante la visita a la Megaexposición '10 años de gobierno bolivariano'. *Todo Chávez en la Web*. Caracas. Acesso em 28 de Setembro de 2018, disponível em <http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/1107-declaraciones-del-comandante-presidente-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela-hugo-chavez-durante-la-visita-a-la-megaexposicion-10-anos-de-gobierno-bolivariano>, 1 fev. 2009.

CHÁVEZ FRÍAS, H. ¡Del Caracazo a la Revolución! (Las líneas de Chávez). *Cubadebate*. Acesso em 28 de Setembro de 2018, disponível em http://www.cubadebate.cu/especiales/2010/02/28/del-caracazo-a-la-revolucion/#.Wo__KK6nGG4, 28 fev. 2010.

COLMENAREZ, E. *La insurrección de Febrero (análisis para la lucha revolucionaria)*. Caracas: Ediciones La Chispa, 1989.

CORONIL, F., & SKURSKI, J. (Abril de 1991). Dismembering and Remembering the Nation: The Semantic of Political Violence in Venezuela. *Comparative Studies in Society and History*. An International Quarterly, XXXIII No. 2, 288-337.

- DAMIANI, L. (07 de Fevereiro de 1987). Nuestra realidad profundamente injusta, desigual y autoritaria es susceptible de ser rebatida. *Últimas Noticias*, pp. SC14-16.
- DENIS, R. *Los fabricantes de la rebelión*. Caracas: Editorial Primera Línea / Editorial Nuevo Sur, 2001.
- DENIS, R., Gómez, A. T., & Mendoza, R. Testimonios. *Día-Crítica. Revista de Crítica Cultural*, n. 7, 44-61, 2009.
- El Mundo. 100 muertos y 1.500 heridos dejó la ola de pillaje y de saqueo. *El Mundo*, p. 1, 1 mar. 1989.
- El Nacional. CAP: fue una lección para los venezolanos. *El Nacional*, p. A1, 3 mar. 1989.
- FUENMAYOR TORO, L. Explosión social del 27 de Febrero. Em L. Fuenmayor Toro, *Páginas para despertar*. Caracas: Ediciones del Vicerrectorado Administrativo de la Universidad Central de Venezuela / Fundación para la Proyección Institucional de la Universidad, p. 191-205, 1994.
- GAMUS, R. Venezuela en tres tiempos (a propósito del 27 de Febrero). Em V. autores, *El Caracazo*. Caracas: Fundación El Perro y la Rana, p. 25-48, 2016.
- GÓMEZ CALCAÑO, L. Crisis de legitimidad e inestabilidad política en Venezuela. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n. 2-3, p. 103-164, abr.-set. 1995.
- HERNÁNDEZ, J. A. *Lo que va dictando el fuego*. Caracas: Editorial Trinchera, 2015.
- ITURRIZA LÓPEZ, R. *27 de Febrero de 1989: interpretaciones y estrategias* (1ª ed.). Caracas: Fundación El Perro y la Rana, 2006.
- LÓPEZ MAYA, M. Venezuela: la rebelión popular del 27 de febrero de 1989 ¿Resistencia a la modernidad? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. V, n. 2-3, p. 177-199, abr.-set. 1999.
- LÓPEZ MAYA, M., & Lander, L. Venezuela: protesta popular y lucha hegemónica reciente. Em M. López Maya, N. Iñigo Carrera, & P. Calveiro (Eds.), *Luchas hegemónicas y cambios recientes en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, p. 151-172, 2008.
- NÚÑEZ, E. B. Cubagua. Em E. B. Núñez, *Novelas y ensayos*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, p. 5-66, 1987.
- PATIÑO, E. 120 cadáveres enterrados en fosa común para descongestionar la morgue de Bello Monte. *Últimas Noticias*, p. 10, 4 mar. 1989.
- PATIÑO, E. Más de 800 muertos en Caracas según lista extraoficial en seis días de violencia. *Últimas Noticias*, p. 12, 5 mar. 1989.
- PEÑALVER, T. *La conspiración de los 12 golpes* (3ª ed.). Caracas: Editorial Dahbar / Cyngular Asesoría 357 CA, 2017.

Politeia. Politeia. *Revista del Instituto de Estudios Políticos de la UCV*, n. 13, 1989.

Provea. 27-F: un día en la vida del pueblo, o la vida del pueblo en un día. Referencias. *Boletín de Derecho Humanos y Civiles*, v. 53, n. 2, mar. 1993.

RAMIA, C., & Cracho, S. *El día que bajaron los cerros* (2ª ed.). Caracas: Editorial Ateneo de Caracas, 1989.

RODRÍGUEZ, A. *Febrero*. Caracas: Comisión Presidencial para la Conmemoración del Vigésimo Aniversario de la Rebelión Cívico-Militar del 4 de febrero de 1992, 2012.

SEIJAS PITTALUGA, H. Lumpem. *El Nacional*, p. D7, 10 mar. 1989.

SUTHERLAND, M. 27 de Febrero de 1989 en Venezuela. *Día-Crítica. Revista de Crítica Cultural*, n. 7, p. 40-43, 2009.

SZEPLAKI, A. (Produtor), SZEPLAKI, A., Duque, J. R., Hernández, J. A. (Escritores), & Szeplaki, A. (Diretor). *Pégale candela* [Filme Cinematográfico]. Venezuela. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bCXI8TeEW68>, 2005.

Tierra Firme. *Tierra Firme. Revista de Historia y Ciencias Sociales*, v. 7, n. 25, jan-mar. 1989.

URBANEJA, D. B. *La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días*. Caracas: Centro Gumilla/UCAB, 2012.

VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela 1999*. Caracas, Venezuela. Fonte: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2011/04/CONSTITUCION.pdf>, 2009.

VENEZUELA. *Constitución de la República de Venezuela*. Caracas, Venezuela: Cervantes Virtual. Fonte: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-de-la-republica-de-venezuela-23-enero-1961/html/>, 1961.

Sobre a autora:

Livia Esmeralda Vargas González: Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Mestre em Filosofia e Ciências Humanas pela Universidade Central da Venezuela e formada em Filosofia na mesma casa de estudos. Professora Assistente de Teoria Social na Escola de Sociologia da Universidade Central da Venezuela (UCV). Suas áreas de pesquisa são Teoria Social, Teoria e Filosofia Contemporâneas da História e Filosofia Política Contemporânea. Autora do livro *Entre libertad e historicidad. Jean Paul Sartre y el Compromiso Literario* (2008). É membro do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM-UFOP) e do Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP-UFOP).

Artigo recebido para publicação em: 11 de junho de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 05 de julho de 2021.

Como citar:

VARGAS GONZÁLEZ, Livia Esmeralda. Zumbidos do vento no mar: vozes e silêncios do Sacudón (o Caracaço). *Revista Transversos*. Dossiê: O futuro do passado: Desafios para o Ensino da História nas escolas numa perspectiva global. Rio de Janeiro, n.º. 23, 2021. pp. 337-360. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/51682>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.51682

